



REPRESENTATIVIDADE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS, EM CANOINHAS-SC

Arthur de Oliveira Batista | arthur.ob2010@aluno.ifsc.edu.br
Maria Eduarda Chagas Fallgatter | maria.ecf23@aluno.ifsc.edu.br
Jefferson Treml | jefferson.treml@ifsc.edu.br
Luiz Paulo de Lima | luiz.paulo@ifsc.edu.br

RESUMO

A Cesta Básica de Alimentos (CBA) foi instituída pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, com o objetivo de atender às necessidades básicas do trabalhador. Entretanto, a ausência de políticas públicas eficazes e o aumento recente dos preços dos gêneros alimentícios podem comprometer o direito básico à alimentação. Sendo assim, este estudo teve como objetivo analisar a representatividade do custo da CBA, em Canoinhas-SC, no salário mínimo (SM), entre março de 2024 e fevereiro de 2025. Para isso, foram realizadas visitas semanais em seis mercados do município, coletando o preço dos 13 produtos que compõem a CBA. No período analisado, a representatividade do valor da CBA em relação ao SM variou de 45,10% a 49,63%, com média de 47,57% e coeficiente de variação de 2,81%. Os resultados indicaram que o custo da CBA representa uma parcela significativa do SM, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a garantia do direito básico à alimentação, além de uma política de aumento real do SM.

Palavras-chave: inflação; poder de compra; salário mínimo.

1 INTRODUÇÃO

A inflação provoca “o aumento dos preços de bens e serviços” e, como consequência, diminui o poder de compra da população (BCB, s.d). Este fenômeno, bastante latente nos últimos anos (DIEESE, 2025; IBGE, 2025), é de grande interesse, uma vez que tende a afetar, com maior intensidade, as camadas menos favorecidas da população (BCB, s.d). Este fenômeno se apresenta de forma mais relevante em países emergentes, como é o caso do Brasil. Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 57,10% dos brasileiros vivem com até 1 salário mínimo (SM) per capita, enquanto 27,10% vivem com até ½ SM per capita (IBGE, 2025).

A maior exposição das camadas menos abastadas à inflação tende a ocorrer pois, grande parte dos gastos de uma família não variam de forma elástica com a renda. A título de exemplo, temos o grupo de gastos referentes à alimentação. Famílias com menor renda tendem a ter um maior percentual de seu orçamento comprometido com a alimentação. Assim, quando os preços dos alimentos aumentam, famílias mais pobres tendem a ser mais afetadas com a diminuição de seu poder de compra.

Desta forma, esta pesquisa objetivou analisar a representatividade do custo da Cesta Básica de Alimentos (CBA), em Canoinhas-SC, no SM, entre março de 2024 e fevereiro de 2025. Segundo Alcântara, Urraca-Ruiz e Santos (2025), a CBA foi desenvolvida com o intuito de atender às necessidades básicas do trabalhador, conforme o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938 (BRASIL, 1938). Ainda de acordo com Alcântara, Urraca-Ruiz e Santos (2025), ela representa o mínimo nutricional estabelecido por lei para um trabalhador em vida adulta.



2 METODOLOGIA

Foram realizadas visitas semanais a seis supermercados do município de Canoinhas-SC, em dias alternados, conforme o cronograma e a metodologia definidos pelo DIEESE. O objetivo foi acompanhar a variação dos preços dos 13 produtos que compõem a CBA — arroz, feijão, leite, farinha, pão, açúcar, café, óleo, manteiga, carne, banana, tomate e batata.

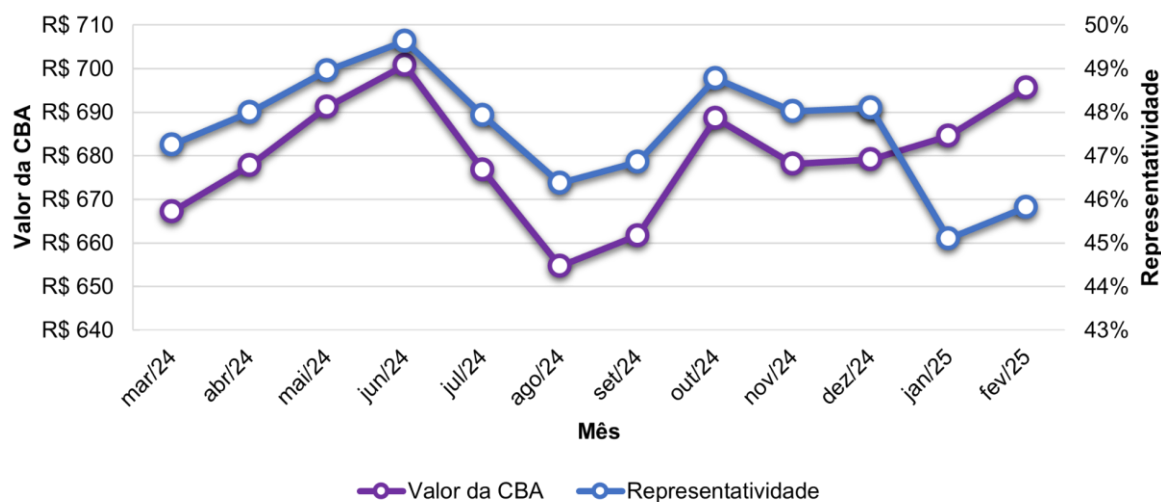
As coletas ocorreram no período de março de 2024 a fevereiro de 2025, de forma intercalada, buscando registrar possíveis oscilações de preços em diferentes dias da semana. Sempre que possível, o valor de cada item foi obtido a partir da média de até três marcas distintas. No caso da carne, foram considerados até três cortes, e para produtos como banana, tomate e batata, registraram-se os preços de até três variedades.

Todos os dados foram inseridos em uma planilha eletrônica que realiza os cálculos necessários para determinar o valor total da CBA, utilizando as quantidades estipuladas para a região 3 conforme o Decreto-Lei nº 399 (BRASIL, 1938).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre março de 2024 e fevereiro de 2025, a representatividade do valor da CBA em relação ao SM variou de 45,10% a 49,63%. A média foi de 47,57%, com coeficiente de variação de 2,81%. Durante esse período, o percentual do SM atingiu seu maior valor no mês de junho de 2024. Já seu menor valor foi em janeiro de 2025 (Figura 1).

Figura 1- Histórico do valor da representatividade da CBA, em Canoinhas-SC, em relação ao SM, entre março de 2024 e fevereiro de 2025.



Fonte: Autoria própria.

A partir destes resultados é possível observar que cerca de metade do SM já está comprometido com a aquisição desta cesta de produtos, o que é preocupante, a considerar o histórico recente de aumento de preço destes itens (Figura 1). Isso evidencia a vulnerabilidade da população de baixa renda, tornando necessária a implementação de políticas públicas



voltadas para a garantia do direito básico à alimentação, como é o caso do bolsa família (JACCOUD, 2013), do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (BRASIL, s.d) e da isenção de impostos para os produtos da CBA (BRASIL, 2025; SANTA CATARINA, 2025).

Por outro lado, o recorte dos dados apresentados também permite observar uma queda substancial da representatividade da CBA no SM entre os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, mesmo com o aumento do valor da CBA (Figura 1). Neste caso, a queda se deu em função do aumento do SM, de R\$ 1.412,00 para R\$ 1.518,00, o que gerou um aumento do poder de compra da população.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do período analisado, o valor da CBA comprometeu, em média, 47,57% do SM. Contudo, este percentual apresentou tendência de queda, principalmente devido ao aumento do SM concedido entre 2024 e 2025. Desta forma, estes resultados evidenciam a importância tanto de políticas públicas voltadas para a garantia do direito básico à alimentação, quanto de uma política de aumento real do SM.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao apoio financeiro do IFSC/CNPq e às bolsas, concedidas aos dois primeiros autores, para a realização deste estudo – PIBIC-EM (Edital PROPPI 01/2025).

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alex Nascimento dos Santos de; URRACA-RUIZ, Ana; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos. O comprometimento do salário-mínimo pela cesta básica alimentar no Brasil: Evolução e assimetrias regionais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 19, n. 1, p. 107-126, 2025.

BCB. Banco Central do Brasil. **O que é inflação**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 399, de 30 de abril de 1938**. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/523433/publicacao/15708212>. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias->



22ª Semana Nacional de **CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

Planeta Água:

Cultura oceânica para
enfrentar as mudanças
climáticas no meu
território.



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina
Campus Canoinhas

04 a 06 de novembro de 2025

desenvolvimento-social/imposto-zero-para-alimentos-da-cesta-basica-vai-aliviar-bolso-dos-mais-pobres. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/imposto-zero-para-alimentos-da-cesta-basica-vai-aliviar-bolso-dos-mais-pobres>. Acesso em: 24 out. 2025.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta Básica de Alimentos:** 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.** 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

JACCOUD, Luciana. Programa Bolsa Família: proteção social e combate à pobreza no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 64, n. 3, p. 291-307, 2014.

SANTA CATARINA. **Governo de SC zera imposto sobre alimentos da cesta básica e amplia incentivos para a indústria.** Florianópolis: SEF-SC, 2025. Disponível em: <https://www.sef.sc.gov.br/noticias/governo-de-sc-zera-imposto-sobre-alimentos-da-cesta-basica-e-amplia-incentivos-para-a-industria>. Acesso em: 20 out. 2025.